



Jefferson Péres apresenta seu parecer ao Conselho de Ética nesta semana

JOSE CRUZ

Conselho pode votar primeiro relatório

O relatório de Jefferson Péres sobre o processo contra o senador Ney Suassuna pode ser votado pelo Conselho de Ética nesta quarta-feira. Também serão tomados depoimentos ligados ao processo de Magno Malta e antes, na terça-feira, serão ouvidos funcionários do gabinete da senadora Serys Slhessarenko.

PÁGINA 6

Senado tem novo concurso

O diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, anunciou a realização de concurso na Casa para a contratação de 300 servidores.

PÁGINA 11

JORNAL DO SENADO

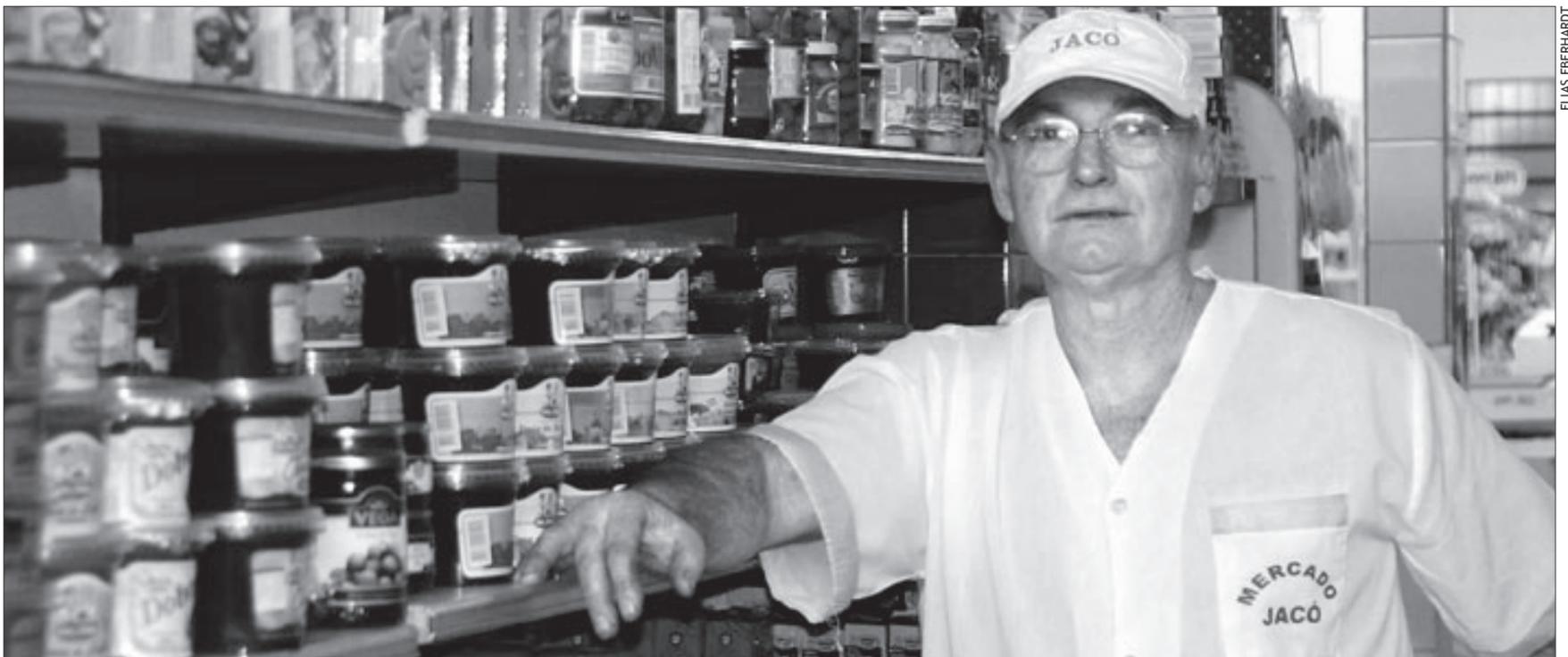
Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XII — Nº 2.458/98 — Brasília, 18 a 24 de setembro de 2006

EDIÇÃO SEMANAL

Menos impostos: Supersimples pode ser aprovado sem mudança

PÁGINA 3



ELIAS EBERHARDT

Comerciante de Porto Alegre mostra seu minimercado: sistema simplificado de cobrança de impostos pode contribuir para tirar da informalidade milhões de empreendedores

Uso de recursos por municípios é foco de atenção

Desvio de finalidades no uso de recurso público ocorre em dois terços dos municípios fiscalizados pela Controladoria Geral da União, segundo o ministro Jorge Hage. Para ajudar a fiscalização, a Comissão de Orçamento envia às câmaras de vereadores informações sobre os recursos federais repassados às prefeituras. Senadores querem mudanças na divisão e no uso das verbas.

PÁGINAS 4 E 5

Tráfico humano: mercado cruel e bilionário

Pobreza e baixa escolaridade favorecem a ação de traficantes que aliciam cerca de 900 mil pessoas por ano, a maioria mulheres jovens. Nesta e nas próximas duas edições, o **Jornal do Senado** reúne informações sobre esse crime, considerado o terceiro negócio ilícito mais lucrativo

PÁGINA 7

— cidadania e mais...

Pressão sob controle na gravidez

Responsáveis pela maioria das mortes de grávidas no Brasil, a pré-eclâmpsia e sua forma mais grave, a eclâmpsia, são causadas pela hipertensão durante a gestação. Entre as medidas preventivas destacam-se pré-natal bem feito, repouso e boa alimentação. Veja no *Especial Cidadania* desta edição.

PÁGINA 12

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 9
FRASES	Página 9
VOZ DO LEITOR	Página 9
ACONTECEU NO SENADO	Página 11

Jornal do Senado faz recadastramento de assinantes de sua edição nacional

PÁGINA 2



gendagendaendagen **agenda** gendagendaendagen

Senado analisa propostas da CPI dos Correios

Três propostas de emenda à Constituição (PECs) elaboradas pela CPI dos Correios foram lidas em Plenário, na última quinta-feira, e começam a tramitar na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. O espírito que move as proposições é o combate a atos de improbidade administrativa.

Segundo a PEC 39/06, o preenchimento de cargos em comissão por pessoas sem vínculo efetivo no serviço público só será possível nas seguintes condições: se o cargo integrar um dos dois primeiros escalões de ministérios ou órgãos diretamente ligados à Presidência da República e se a formação acadêmica e a qualificação profissional de seu ocupante forem compatíveis com as atribuições do cargo.

Já a PEC 40/06 acrescenta a previsão de abertura de processo por crime de responsabilidade contra agente privado que induza ou concorra para a prática de ato de improbidade administrativa, ou que dele se beneficie de forma direta ou indireta.

A última PEC (41/06) modifica o artigo 50 da Constituição, relativo às atribuições do Congresso, para permitir à Câmara e ao Senado convocarem dirigentes de entidades da administração indireta da União, como autarquias, fundações e empresas públicas e sociedades de economia mista, a prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto determinado. A ausência dessas autoridades sem justificativa adequada importará em crime de responsabilidade.

Comissão conjunta debate Parlamento do Mercosul

A agenda de instalação do Parlamento do Mercosul, cuja criação já foi aprovada pelo Congresso Nacional brasileiro, será o tema de uma reunião da mesa diretora da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM), prevista para a primeira semana de outubro, em Montevideu. Na pauta, a localização do novo órgão, que terá como sede a capital uruguaia, e o regimento interno a ser adotado, entre outros assuntos.

Por meio dessa reunião, pretende-se preparar o terreno para que a sessão inaugural do novo parlamento ocorra no dia 5 de

novembro, quando se conclui, em Montevideu, a XVI Cúpula Ibero-Americana. Ali estarão reunidos 20 chefes de Estado e de governo de todos os países latino-americanos, além de Portugal e Espanha.

A criação do Parlamento do Mercosul ainda depende da decisão final dos Congressos da Argentina e do Uruguai. Para o presidente da CPCM, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), a sessão inaugural, coincidindo com a Cúpula Ibero-Americana, poderá ser acompanhada por chefes de Estado e de governo, o que deverá dar novo impulso ao bloco.

Leitores precisam se recadastrar

O **Jornal do Senado** inicia esta semana a segunda etapa do cadastramento dos cerca de 60 mil assinantes em todo o país, com exceção do Distrito Federal e entorno.

Os leitores irão receber um formulário, em forma de carta-resposta, que deverá ser preenchido e postado, sem custo, em qualquer unidade dos Correios.

Dia 15 de outubro é o prazo final para o leitor devolver esse formulário. A partir de 16 de outubro, só receberá o jornal semanal quem se cadastrou. Além do formulário impresso, no site do Senado (www.senado.gov.br), estará disponível um formulário eletrônico para o cadastramento. Novas assinaturas do jornal impresso só poderão ser feitas a partir do dia 1º de dezembro.

As assinaturas da edição eletrônica não estão suspensas e podem ser feitas a qualquer tempo pela internet. Esses assinantes não precisam se preocupar com a continuidade do envio do jornal por e-mail. Além de garantir um cadas-



Assinantes do periódico têm até o dia 15 de outubro para se recadastrar

tro de qualidade, já que estão sendo excluídos endereços de leitores que se mudaram, morreram ou que não têm mais interesse em receber o **Jornal do Senado**, o cadastramento pretende também levantar o perfil socioeconômico do leitor, com informações sobre faixa etária, escolaridade, profissão e, no caso de pessoas jurídicas, área e ramo de atuação.

Eleições 2006

Conheça as atribuições de mesários e fiscais

Ao chegar à seção eleitoral em que deve votar, o eleitor, além da urna, vai lidar com uma série de pessoas, encarregadas de zelar pelo processo no dia da eleição. Entre elas estão os mesários e um fiscal de cada partido ou coligação.

Os mesários

São assim chamados por administrarem a mesa receptora de votos, composta por cinco pessoas: o presidente da seção, dois mesários e dois secretários. Também é convocado um suplente para cada grupo. Tanto o presidente da seção como os demais mesários podem ser escolhidos pelo juiz da zona eleitoral entre qualquer cidadão com idade superior a 18 anos que, de preferência, vote na mesma zona, ou seja, em locais próximos de onde ocorre a votação. A convocação é enviada para a residência do eleitor 60 dias antes da eleição. Também é publicada a lista de mesários no *Diário Oficial*.

Algumas pessoas não podem ser escolhidas para trabalhar nas mesas receptoras de votos. Os candidatos e seus parentes, até o segundo grau ou por afinidade, não podem ser convocados. O mesmo se aplica a membros de diretórios de partido que tenham função executiva. Autoridades policiais e servidores de cargos de confiança do Executivo também estão excluídos da lista, juntamente com os funcionários da Justiça Eleitoral.

Para uma mesma mesa receptora, evita-se a convocação de duas pessoas que trabalhem no mesmo local, seja no serviço público ou na iniciativa privada, ou que tenham qualquer grau de parentesco entre si.

Quais as funções dos mesários?

Antes das eleições, a Justiça Eleitoral realiza reuniões preparatórias para treinamento de todos os mesários. No dia da eleição, o trabalho dos mesários começa às 7h do dia 1º de outubro de 2006 e, caso haja segundo turno, no mesmo horário do dia 28 de outubro de 2006. O trabalho estará encerrado após a entrega de todos os documentos e equipamentos da seção eleitoral ao respectivo Tribunal Regional Eleitoral.

O presidente é a maior autoridade da seção eleitoral e pode, para manter a ordem, convocar

força policial. É ele quem determina o início e o encerramento da votação, observados os horários legais (das 8h às 17h). Também é ele quem recebe o título de eleitor do cidadão e, ao operar a urna eletrônica, habilita o eleitor a votar. Os requerimentos de justificativa eleitoral são processados pelo presidente, que dá a última palavra sobre dúvidas.

O primeiro e o segundo mesário, além de substituir o presidente na sua ausência, são responsáveis por colher a assinatura e entregar os comprovantes de votação, juntamente com o título de eleitor.

Já os secretários devem preencher a ata da seção eleitoral, incluindo ocorrência registrada no dia. A fila de votação e o controle de entrada de pessoas no recinto de votação são algumas de suas funções.

Existem regras de comportamento para os mesários?

Todo o pessoal à disposição da Justiça Eleitoral não pode usar camisetas ou objetos com propaganda de partido político, coligação ou candidato. Ninguém (mesários, fiscais ou eleitores) pode usar o telefone celular no recinto de votação.

É possível pedir dispensa do trabalho de mesário?

O eleitor que tiver algum tipo de impedimento para desempenhar a função pode pedir dispensa, que deve ser comunicada à Justiça Eleitoral cinco dias após o recebimento da convocação. O juiz pode acatar ou não a justificativa. Em caso de problema de saúde, o eleitor deve se apresentar ao cartório eleitoral, onde será avaliado pelo serviço médico daquela unidade.

E se o mesário convocado não comparecer?

O eleitor convocado para ser mesário que não comparecer ao trabalho para o qual foi designado, sem apresentar uma justa causa, poderá ser multado. Se for funcionário público, pode ser suspenso do trabalho por até 15 dias.

As multas e penalidades podem ser aplicadas em dobro se a mesa receptora de votos deixar de funcionar pela falta do



mesário, ou se ele abandonar a função durante a votação.

Caso a ausência do trabalho tiver alguma justificativa, essa deve ser apresentada ao juiz eleitoral em até 30 dias depois da data da eleição.

Qual a vantagem de trabalhar como mesário?

O trabalho no dia da eleição, apesar de não ser remunerado (os mesários recebem apenas auxílio-alimentação nos dias de votação), é considerado relevante à cidadania. Tanto que há a possibilidade, para quem tiver interesse, de se apresentar voluntariamente à Justiça Eleitoral alguns meses antes da eleição para prestar esse serviço.

Os eleitores nomeados para compor as mesas receptoras de votos ou as juntas eleitorais também recebem uma

declaração da Justiça Eleitoral, comunicando a prestação do serviço. Com essa declaração, o trabalhador, seja ele do serviço público

ou da iniciativa privada, pode, para cada dia trabalhado nas eleições, ser dispensado de dois dias de trabalho sem prejuízo do salário.

Informações sobre o trabalho dos mesários podem ser encontradas no endereço <http://www.tse.gov.br/eleicoes/mesarios/docs/mesarios.pdf>

Os fiscais

Cada partido ou coligação pode nomear até dois fiscais para acompanhar a votação em cada seção eleitoral. Porém, o presidente da mesa só deve permitir a presença de um fiscal de cada vez.

Os fiscais são orientados pelos partidos para estarem atentos ao andamento da votação, podendo protestar ou pedir impugnações quanto à identificação do eleitor ou à realização de boca-de-urna, por exemplo.

Somente maiores de 18 anos podem trabalhar como fiscais. Suas credenciais são fornecidas pelos partidos, que também devem encaminhar à Justiça Eleitoral a lista das pessoas autorizadas a representá-los.

A coluna *Eleições 2006* será veiculada às segundas-feiras pelo *Jornal do Senado* durante o período de campanha eleitoral para esclarecer dúvidas frequentes dos cidadãos relacionadas ao tema.

Comissões

TERÇA-FEIRA

CONSELHO DE ÉTICA

Depoimento – Em horário a ser ainda definido, o senador Paulo Octávio (PFL-DF), relator do processo contra Serys Slhessarenko (PT-MT), ouve funcionários do gabinete da senadora.

QUARTA-FEIRA

10h – CONSELHO DE ÉTICA

Relatório – Está prevista a apresentação do relatório do senador Jefferson Péres (PDT-AM) sobre o processo disciplinar por quebra de decoro parlamentar contra o senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

Plenário

SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Sessão não-deliberativa

SEXTA-FEIRA

9h - Sessão não-deliberativa

IMPOSTOS No Brasil, 99,2% das empresas são micro e pequenas. Elas geram 57,2% do total de empregos formais

Entidades comemoram redução da burocracia

Capaz de arrancar da informalidade boa parte dos 10,3 milhões de empreendimentos que sobrevivem fora das estatísticas oficiais, a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas não só reduz a burocracia e a carga tributária – a tributação pode diminuir até 45% para os que ainda não optaram pelo Simples federal e de 15% a 20% para os que já estão incluídos, conforme cálculos do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) –, mas também alavanca o crescimento dessas empresas, assegurando-lhes fatia do mercado das compras governamentais, dimensionado na ordem de R\$ 250 bilhões anuais, se incluídas as aquisições das estatais.

Segundo o gerente de políticas públicas do Sebrae, Bruno Quick, a participação dos pequenos fornecedores nesse mercado gira em torno de 17% do total. O projeto prevê a possibilidade de atingir 25%. “Nos Estados Unidos, chega a 31%. Se isso for um parâmetro, há potencial de

crescimento no Brasil de 14%, o que significaria um mercado de mais R\$ 35 bilhões anuais, podendo gerar mais de 1 milhão de novos empregos diretos.”

Outra medida prevista na Lei Geral – o tratamento diferenciado nas licitações públicas, com regras simplificadas – pretende induzir as prefeituras a adquirirem de pequenos fornecedores locais itens como carteiras escolares e fardas da guarda municipal.

– Esse é um nicho que pode alavancar o crescimento regional – acredita o presidente da Confederação Nacional das Entidades de Micro e Pequenas Empresas do Comércio e Serviços (Conempec), José Tarcísio da Silva.

Outra valiosa contribuição, na avaliação de Tarcísio, é a redução da burocracia tanto para abrir empresas quanto para encerrá-las.

– Hoje, são exigidos dezenas de documentos diferentes para abrir uma simples firma comercial. Isso pode demorar mais de 120 dias. E há taxas que expiram depois de 30 dias, exigindo novo pagamento.

Se a junta comercial encontrar uma empresa homônima na hora do registro, tudo volta à estaca zero – cita ele.

Apesar dos avanços, nem todos os entraves foram removidos. O consultor do Sebrae André Spínola lembra que algumas reivindicações na área trabalhista foram derrubadas na Câmara, no último momento. O depósito na Justiça do Trabalho permaneceu em até R\$ 9 mil por ação. A proposta era reduzir a 25% desse valor para os microempresários e 50% para os pequenos. PDT e PSOL foram contra.



Representantes empresariais querem mudanças no enquadramento para tributação simplificada

MÁRCIA GOUTHIER/AGÊNCIA SEBRAE

Supersimples poderá sair em tempo recorde



O Senado poderá votar em tempo recorde o projeto da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Previsto para ir a Plenário em 3 de outubro, com requerimento de urgência, o texto aprovado pela Câmara no dia 5 de setembro será mantido se prevalecer a posição do relator, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), já endossada pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, de que é essencial concluir com rapidez a tramitação do projeto (PLC 100/06).

Apelidado de Supersimples, com a instituição de um sistema simplificado de cobrança de impostos e contribuições – pelo qual o micro e o pequeno empresário poderão recolher em uma única guia oito tributos, dos quais seis federais, mais o ICMS estadual e o ISS municipal –, o Simples federal, por tratar de matéria

tributária, tem que “cumprir a exigência da noventena”, segundo o relator, para poder entrar em vigor no início de 2007.

Esse é um dos argumentos que devem ser apresentados aos líderes por Renan Calheiros e Luiz Otávio na reunião prevista para o dia 3 de outubro.

– O objetivo é evitar modificações que exijam o retorno do texto à Câmara – diz o relator.

Depois da demora de dois anos para ser aprovado pelos deputados, o governo não quer abrir brecha para novas negociações sobre o projeto. O relator afirma que houve um pedido direto do presidente Lula a Renan e a ele para concluir a votação. No entanto, pondera, isso vai depender de acordo com as lideranças. Ele tem recebido pleitos de entidades empresariais para mudanças pontuais

que podem, na sua avaliação, exigir a volta do projeto à Câmara.

Uma delas instituiu atualizações periódicas nos limites para enquadramento no Supersimples; outra prevê metas de aquisição, pelo governo, de bens e serviços dessas empresas.



Luiz Otávio: objetivo é evitar que projeto volte à Câmara

CÉLIO AZEVEDO

CÉLIO AZEVEDO



Quick: compras governamentais vão impulsionar as pequenas empresas

Principais aspectos da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas

Pontos da Lei Geral	Como é hoje	Diferenças a partir do texto aprovado pela Câmara
1. Conceito de MPE	Há multiplicidade de conceitos. Os limites de receita bruta anual do Simples são: Micro (ME): R\$ 240.000; Pequena (EPP): R\$ 2.400.000. De acordo com o Estatuto da MPE, ME: R\$ 433.000; EPP: R\$ 2.133.000. Além disso, vários estados e municípios têm conceitos próprios, o que causa confusão	Os limites de enquadramento são os mesmos do Simples federal. Eles serão respeitados por União, estados e municípios: R\$ 240.000 (ME) e R\$ 2.400.000 (EPP) de receita bruta anual. No entanto, haverá diferenciações para estados e municípios, conforme sua força econômica: estados (e seus respectivos municípios) com participação em até 1% do PIB poderão adotar o limite de R\$ 1.200.000; estados (e seus respectivos municípios) com participação em até 5% do PIB poderão adotar o limite de R\$ 1.800.000; estados (e seus respectivos municípios) com participação acima de 5% do PIB terão o limite de R\$ 2.400.000
2. Pagamento de tributos	As empresas que não podem optar pelo Simples têm que calcular os valores de aproximadamente dez tributos diferentes, informar dados em diversas declarações e fazer os pagamentos em datas diferentes	O Supersimples engloba contribuições, taxas e impostos federais (IRPJ, PIS, Cofins, IPI, CSLL, INSS sobre folha de salários), estaduais (ICMS) e municipais (ISS), que serão recolhidos mensalmente, em um único documento, a partir da mesma base de cálculo
3. Cadastro unificado, uma das medidas de desburocratização	Para abrir uma empresa, o empreendedor é obrigado a se inscrever, isoladamente, em mais de dez órgãos e apresentar mais de 90 documentos	Serão usados os princípios do projeto de lei do governo federal que cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios (Redesim), que definem diretrizes objetivas para a implantação do cadastro unificado, entrada única de documentos, não exigência de vistorias prévias para atividades sem risco, entre outros. Alguns resultados práticos: ▶ A abertura da empresa será efetuada mediante registro simplificado dos seus atos constitutivos ▶ A baixa da inscrição no CNPJ será feita de imediato, por meio de requerimento acompanhado do ato de dissolução da empresa ▶ MPEs sem movimento há mais de três anos poderão encerrar atividades, independente do pagamento de taxas ou multas ▶ Será permitida a suspensão temporária das atividades da empresa, sem o recolhimento de tributos ou cumprimento de obrigações. As empresas poderão ser baixadas imediatamente, independente de haver débito tributário. Nesse caso, os sócios responderão por esses débitos
4. Compras governamentais	As micro e empresas de pequeno porte concorrem nas mesmas condições impostas às grandes empresas. As exigências burocráticas e os grandes lotes impedem a participação das pequenas empresas nas compras públicas	Fixa o limite preferencial de R\$ 80.000 para compras de MEs e EPPs, sempre que houver empresas desse porte em condições de fornecer a preços competitivos. Prevê a simplificação na participação em licitações e o fornecimento parcial de grandes lotes. Exige lei local para regulamentar esses dispositivos
5. Estimulo ao crescimento das micro e pequenas empresas	A empresa que ultrapassa o limite de R\$ 1.200.000 é obrigada a migrar para o sistema do lucro presumido, com uma tributação que chega a quase o dobro do valor da anterior. Essa prática inibe o crescimento e estimula a sonegação fiscal	Há um sistema progressivo e linear de tributação de forma que o aumento da carga tributária, com o crescimento da empresa, passa a se dar gradualmente. Ou seja, o impacto tributário será pequeno quando a empresa ultrapassar o limite de enquadramento do Supersimples, não desestimulando o seu crescimento
6. Consórcios	As MEs e EPPs consorciadas não têm estímulos fiscais, além de pagarem os tributos devidos em duplicidade. O consórcio é uma figura sem personalidade jurídica para negociar em nome próprio ou mesmo ter acesso a linhas de crédito	Criação do Consórcio Simples para MEs e EPPs – o que possibilitará maior competitividade nas compras e vendas de bens e serviços, com ganhos de escala, redução de custos, acesso a crédito e a novas tecnologias – depende de regulamentação federal. O consórcio poderá ser formado por prazo indeterminado

FISCALIZAÇÃO Segundo a Controladoria Geral da União, cerca de dois terços dos municípios sofrem com má gestão

Prefeituras são vulneráveis a fraudes



A Operação Sanguessuga da Polícia Federal trouxe à tona o esquema em que prefeituras

compravam ambulâncias superfaturadas com recursos da União. Tais recursos eram liberados por meio de emendas ao Orçamento previamente combinadas com parlamentares envolvidos nas fraudes. Mas esse é apenas um exemplo de um mal que acomete muitos municípios brasileiros: o desvio de finalidade no emprego do dinheiro público. Segundo o ministro Jorge Hage, a Controladoria Geral da União (CGU) encontrou irregularidades nas contas de dois terços dos 1.200 municípios fiscalizados por ela, mediante sorteio, a partir de 2003.

As transferências da União compõem boa parte da receita dos municípios – outras fontes são, por exemplo, tributos arrecadados localmente como o ISS (Imposto sobre Serviços). Essas transferências oriundas da esfera federal incluem as constitucionais, que são obrigatórias, e as voluntárias, fruto de convênios e acordos pontuais celebrados entre as prefeituras e a União.

As constitucionais incluem, principalmente, os recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Até junho deste ano, a União havia remetido R\$ 18,4 bilhões para os municípios a título de repasse constitucional, e R\$ 3,4 bilhões como transferência voluntária.

Com todo esse dinheiro em



Jorge Hage, da Controladoria Geral da União: direcionamento do edital de concorrência é um dos principais problemas encontrados

jogo, as fraudes mais comuns, segundo a CGU, estão ligadas a licitações – caso do esquema dos sanguessugas – e à execução de obras.

– No item licitações, o direcionamento do edital é um campeão de audiência. Em muitos casos, com um edital elaborado pela própria empresa interessada, como aconteceu no caso dos sanguessugas – disse Hage ao jornal *Folha de S. Paulo*, acrescentando que outro fenômeno típico é o conluio entre empresas para simular competição entre elas.

Entre os problemas que contribuem para que a impunidade seja grande nesses casos, afirma Hage, estão a distância dos municípios, a ausência de acesso da população à informação, a dominação política por oligarquias no interior e a falta de canais para a sociedade se manifestar. Segundo ele, os ministérios, por exemplo, não têm estrutura para acompanhar a execução dos convênios firmados com as prefeituras, a ponto de existirem quase 26 mil prestações de contas pendentes de exame e aprovação em 2006.

Alguns especialistas atribuem

o problema, em grande parte, ao fato de o dinheiro repassado aos municípios, além de muito, ser mal distribuído. Marcos Mendes, consultor da área de economia no Senado, cita como exemplo o caso do FPM. Segundo ele, os municípios menores acabam beneficiados porque, proporcionalmente, recebem mais dinheiro do fundo do que as localidades maiores, mas não têm com o que gastar.

– Se o município recebe dinheiro para construir um hospital, mas é pequeno demais para comportar um hospital, o prefeito acaba usando o dinheiro com outra finalidade – diz ele.

Além disso, as pequenas localidades carecem, segundo o consultor, de estruturas capazes de fiscalizar a atuação do Poder Executivo.

– Os conselhos municipais nesses locais não funcionam, porque são dominados pelos prefeitos – diz ele.

Segundo o consultor, as discussões no Congresso deveriam envolver o aprimoramento da eficiência na gestão dos municípios, em vez de girar quase exclusivamente em torno do aumento no repasse aos municípios, como no caso do projeto de reajuste no percentual do FPM que tramita na Câmara.

Ziulkoski rebate críticas da CGU e denuncia desvio de R\$ 35 bilhões

O presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, rebateu as críticas feitas pelo ministro Jorge Hage – de má utilização dos recursos destinados aos municípios. Segundo Ziulkoski, o ministro precisa ter mais responsabilidade ao fazer declarações baseadas em critérios duvidosos.

– O município deve empregar 60% dos recursos do Fundef para pagar professores – diz Ziulkoski.

Então, diz, se o prefeito aplicou 5% disso em merenda escolar, por exemplo, consta no relatório como desvio do dinheiro.

Ziulkoski afirma que o maior problema não é o despreparo ou a malversação de verbas pelos gestores municipais, mas sim o descumprimento da complementação de verba que caberia à União, prevista pela Lei 9.424.

– Há desvio de cerca de R\$ 35 bilhões referentes à educação, pela União. Este é um crime que não é questionado e que deve ser respondido – observa.

O presidente da CNM ressalta que a entidade vem acompanhando todos os sorteios de municípios passíveis de fiscalização pela CGU e que esta é mais uma forma de aferir a qualidade na gestão dos recursos públicos. Mas Ziulkoski afirma também que a fiscalização da CGU se sobrepõe àquelas realizadas por órgãos como o Tribunal de Contas da União (TCU) e os tribunais de contas estaduais, além dos próprios ministérios.

– O rigor na fiscalização da CGU não é empregado na fiscalização do uso de recursos

públicos por outros entes do poder público, como os governos estaduais e a própria União – frisa Ziulkoski.

Ele lembra que muitos contratos da União, como os da Operação Tapa-Buracos, para consertar estradas, foram feitos sem licitação.

– Defendemos o rigor na lei e a punição de quem roubou, mas a fiscalização deve ser para todos – conclui.

Municipalista diz que a CGU não fiscaliza União ou estados com o mesmo rigor



Paulo Ziulkoski, em reunião de prefeitos: punição para quem rouba, mas a fiscalização deve ser rigorosa para todos

Para controladoria, conselhos municipais não têm eficácia

Outra instância de fiscalização dos poderes executivos locais é representada pelos conselhos municipais, instituídos pela Constituição de 1988. Hoje, cada programa de repasse de verbas federais para os municípios, por exemplo, é acompanhado da criação de um conselho.

Existem conselhos como os da Merenda Escolar, Saúde, Educação e Bolsa Família. O problema é que esses colegiados têm sido ineficientes, segundo levantamentos da Controladoria Geral da União (CGU) e, em sua área específica, do Ministério da Saúde, e divulgados na semana passada pelo jornal *Valor Econômico*.

O trabalho feito pelo Ministério da Saúde, por exemplo, pretende avaliar os conselhos de todos os municípios brasileiros até o final do ano – até o momento, analisou quase 2.500. Os

técnicos já identificaram que 60,3% dos presidentes de conselhos são gestores da secretaria de Saúde local, ligados ao prefeito. Apenas 13,2% são usuários dos serviços e 10,4% são trabalhadores da área.

Para resolver problemas do tipo, a CGU sugere que o Orçamento da União destine recursos para a construção de uma infra-estrutura própria para os conselhos. Para se garantir a presença de conselheiros nas reuniões – que costumam ter quórum baixo –, a controladoria propõe

medidas de incentivo, como abonos por faltas e atrasos tanto para servidores públicos quanto para empregados da iniciativa privada que estiverem em atividades ligadas aos conselhos; além da contagem do tempo de atividade no conselho para efeito de aposentadoria.

Em 60% dos casos, secretário de Saúde também preside conselho

Criado pelo Senado, Interlegis quer incentivar a transparência

Para dar maior transparência e interação do Poder Legislativo com a sociedade, o Senado criou o programa Interlegis, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O programa pretende modernizar e estimular a integração do Legislativo nos níveis federal, estadual e municipal.

Os meios usados para isso são as tecnologias de informação (internet, videoconferência e transmissão de dados), que permitem a comunicação e a troca de experiências entre as Casas Legislativas e os legisladores e entre o Poder Legislativo e o público, com vistas a aumentar a participação da população no processo legislativo.

Quase 3 mil câmaras municipais já receberam computadores e impressoras do programa para se ligarem à internet, usarem o correio eletrônico e colocarem suas informações à disposição dos internautas. Todas as assembleias estaduais passaram a contar com salas de multiuso

(20 computadores em rede) e salas de videoconferência totalmente equipadas.

Para que a casa legislativa ou parlamentar se cadastre no Interlegis, é imprescindível que preencha o Formulário de Adesão. São dois modelos de formulário: o Formulário de Adesão de Casa Legislativa e o Formulário de Adesão de Parlamentar. Ambos podem ser solicitados pelo telefone (61) 3311-2556, pelo fax (61) 3311-2797, ou impresso por meio do Portal Interlegis (www.interlegis.gov.br).

Para que a adesão seja efetivada, é necessária a assinatura do presidente

da casa legislativa, no caso da câmara municipal ou assembleia estadual, ou do vereador ou deputado estadual (ou distrital) que quiser participar individualmente. Por isso, o formulário, em qualquer caso, deve ser assinado pelo interessado e enviado pelo correio para o endereço: Senado Federal – Programa Interlegis – Av. N2 – Anexo “E” do Senado Federal – Brasília (DF) – CEP 70165-900.

Programa interligou 3 mil câmaras municipais à internet

FISCALIZAÇÃO Almeida Lima e Alvaro Dias acham que é preciso mudar a forma de distribuir os tributos arrecadados



MOREIRA MARIZ

Prefeitos mobilizados em Brasília: diversos itens da reforma tributária já aprovados pelo Senado ainda não foram apreciados pela Câmara dos Deputados

Senadores defendem repasses maiores



Diante das fraudes patrocinadas pela máfia dos sanguessugas, o senador Almeida Lima (PMDB-SE) apresentou o que chamou de “proposta radical” para combater a corrupção decorrente de negociações com emendas parlamentares ao Orçamento. Pela proposta, o Orçamento passaria a ser exclusivo da União, deixando de fora verbas para obras que exigissem a interferência de governadores e prefeitos em associação com parlamentares e empresários.

– O Orçamento da União é a fonte inesgotável e causadora de parcela expressiva da corrupção praticada neste país – disse o senador, para quem os parlamentares “vendem sua alma” ao Executivo, em troca da liberação de suas emendas.

Almeida Lima sugere que os recursos hoje objeto de emendas sejam transferidos aos estados e municípios na forma de divisão tributária compulsória, por meio dos fundos de Participação dos

Estados (FPE) e dos Municípios (FPM). Para ele, isso evitaria que a esfera federal se envolvesse em projetos pontuais como a compra de ambulâncias, que acabou levando ao sistema de fraudes da máfia dos sanguessugas.

– As medidas atualmente discutidas, inclusive a do orçamento impositivo, embora importantes, não promoverão as mudanças que visam impedir que a execução orçamentária se torne moeda de troca para todos os tipos de negociatas e barganhas entre governos, parlamentares e empresários – frisou.

Já o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) fez um apelo para que os deputados federais aprove o projeto que amplia os percentuais das alíquotas do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) que são destinadas ao FPM. O projeto, que integra a chamada reforma tributária, já foi acatado pelo Senado.

Com a mudança, o FPM pas-

saria a receber 23,5% do total da arrecadação do IR e do IPI, contra os atuais 22,5%. Calcula-se que o fundo, que é uma das principais fontes de recursos dos municípios brasileiros, passaria a contar com R\$ 1,4 bilhão a mais por ano.

Apesar do apoio de muitos parlamentares, a proposta é contestada por especialistas sob o argumento de que, em vez de aumentar o bolo, a solução seria dividi-lo adequadamente.

Para Alvaro Dias, o governo condiciona seu apoio ao aumento no FPM à aprovação da reforma tributária. Mas, para o senador, o Planalto não tem capacidade de articulação política para obter consenso sobre um assunto tão controverso.

Alvaro expressou apoio à proposta de emenda à Constituição (PEC 50/05), do senador Osmar Dias (PDT-PR), que destina ao FPM 10% da arrecadação de contribuições como a CPMF, cobrada sobre as movimentações financeiras.

“Orçamento da União é a fonte inesgotável da corrupção em nosso país”

Relatório ajuda vereador a fiscalizar

A Comissão Mista de Orçamento do Congresso (CMO) começou a enviar em julho para as 5.563 câmaras de vereadores uma correspondência mensal detalhando os recursos federais repassados às prefeituras municipais. O texto discrimina os valores transferidos no mês anterior e o total consolidado desde o início do ano. Os dados também serão encaminhados às promotorias de Justiça que atuam nos municípios. Atualmente, só os prefeitos têm acesso a esses dados orçamentários.

O presidente da CMO, deputado Gilmar Machado (PT-MG), explicou que a iniciativa faz parte do esforço para aperfeiçoar a fiscalização orçamentária no país, incentivando a participação dos vereadores no acompanhamento

da execução do Orçamento federal. No lançamento do serviço, o deputado disse que uma das metas é combater fraudes como as que estão sendo investigadas pela CPI dos Sanguessugas.

As informações enviadas aos vereadores são extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), responsável pela centralização dos dados orçamentários da União. A base de dados usada pela CMO é atualizada diariamente com informações do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, instituições que se encarregam de transferir os recursos federais para as contas dos municípios.

Para o presidente da comissão, o acesso às informações dará aos vereadores brasileiros subsídios

para fiscalizar o uso dos recursos federais pelas prefeituras, coibindo possíveis desvios.

– Agora, mais gente vai estar fiscalizando o Orçamento. É mais uma medida para fechar as torneiras que estão levando os recursos públicos – afirmou Gilmar.

O deputado disse que no futuro o relatório também deverá incluir, por exemplo, os repasses oriundos de emendas parlamentares, com a identificação do deputado ou senador autor da emenda.

Atualmente, as pessoas interessadas em obter informações sobre as liberações de verbas da União podem recorrer à internet, usando um sistema abastecido pelo Senado chamado Siga Brasil, no endereço <http://www.senado.gov.br/sf/orcamento/siga/siga.asp>.

De onde vem o dinheiro

O governo federal repassa cerca de R\$ 40 bilhões por ano aos 5.563 municípios brasileiros. A maior parte desses recursos é transferida por determinação legal (exclui convênios que podem ser firmados entre o governo e as prefeituras). Saiba quais são os principais mecanismos de repasse aos municípios:

Fundo de Participação dos Municípios (FPM)



Trata-se de uma transferência constitucional composta de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A distribuição dos recursos aos municípios é feita de acordo com faixas populacionais, cabendo a cada uma delas um coeficiente individual. O mínimo é de 0,6 para municípios com até 10.188 habitantes e o máximo é 4,0 para aqueles acima de 156 mil. Os critérios atualmente utilizados para o cálculo dos coeficientes de participação estão baseados na Lei 5.172/66 (Código Tributário Nacional) e no Decreto-Lei 1.881/81.

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef)



O Fundef foi instituído pela Emenda Constitucional 14, de 1996, e é formado por 15% dos recursos provenientes de quatro fontes: o Fundo de Participação dos Estados (FPE), o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Produtos Industrializados para Exportação. Além desses recursos, entra na composição do Fundef, a título de complementação, uma parcela de recursos federais. O Fundef tem como objetivo garantir a universalização do ensino fundamental público e elevar a remuneração do magistério - pelo menos 60% da verba recebida devem ir para o salário dos professores.

Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide)



A Lei 10.336/01 instituiu a Cide-Combustíveis, cobrada sobre a importação e comercialização de gasolina, querosene, álcool e outros combustíveis. O dinheiro arrecadado deve ser usado principalmente em subsídios ao preço ou ao transporte a álcool, gás natural e seus derivados e derivados de petróleo; programas de infra-estrutura de transporte; e projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás. Do total arrecadado pela Cide, cerca de R\$ 8 bilhões anuais, 20% vão para o fundo de Desvinculação de Receitas da União (DRU). Com a reforma tributária de 2003, 25% desse montante passaram a ser transferidos aos estados, que repassam 25% de suas cotas aos municípios.

Fonte: Agência Câmara

CONSELHO DE ÉTICA Jefferson Péres apresenta seu parecer em processo disciplinar por suposta quebra de decoro

Caso de Suassuna pode ser julgado na quarta

Está prevista para esta quarta-feira, às 10h, a votação do relatório do senador Jefferson Péres (PDT-AM) sobre o processo disciplinar por quebra de decoro parlamentar contra o senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Em entrevista à Agência Senado, o presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), informou que havia contactado os integrantes do colegiado e que conseguiu garantir a presença, na reunião, de nove dos 15 integrantes do conselho. O quórum exigido é de oito senadores.

Jefferson Péres afirmou que iria ouvir Suassuna a respeito do depoimento da ex-assessora Mônica Teixeira para incluir o assunto em seu relatório. Ela declarou ao Conselho que assinava em nome de Suassuna obedecendo às ordens dele.

João Alberto esclareceu que, após a votação do relatório, o resultado será encaminhado à Mesa para deliberação do Plenário.

Ney Suassuna está sendo investigado pelo Conselho de Ética porque foi um dos três senadores citados no relatório parcial da CPI dos Sanguessugas por haver indícios ou provas de sua participação na chamada máfia das ambulâncias. O esquema de fraudes foi criado com o objetivo de utilizar irregularmente recursos do Orçamento da União para a compra de ambulâncias destinadas a municípios com preços superfaturados.

Na terça-feira, ainda sem hora marcada, o senador Paulo Octávio



Processo contra Ney Suassuna não deve ter pedido de vista no Conselho de Ética

(PFL-DF), relator do processo contra Serys Slhessarenko (PT-MT), ouve os funcionários do gabinete da senadora. Já para a quarta-feira, além da votação do relatório sobre o processo de Suassuna, o Conselho de Ética agendou uma série de depoimentos a partir do meio-dia, todos ligados ao caso de Magno Malta (PL-ES).

Senador diz foi traído por assessores

Em depoimento de quase quatro horas na terça-feira no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o senador Ney Suassuna negou todas as acusações de envolvimento com a chamada máfia das ambulâncias. Em sua defesa, o parlamentar afirmou que jamais teve qualquer tipo de contato com o grupo que utilizava irregularmente recursos do Orçamento da União para a compra de ambulâncias a preços superfaturados.

O senador pela Paraíba confessou ainda que se sente traído por seu ex-assessor Marcelo Cardoso Carvalho, que vem sendo citado como seu testa-de-ferro nas negociações com a família Vedoin, proprietária da Planam, empresa apontada como a principal organizadora do esquema de fraudes.

Ao negar que tivesse assinado um ofício enviado ao Ministério

da Saúde solicitando a transferência de recursos extra-orçamentários destinados originalmente ao seu estado para uma instituição do Rio de Janeiro, Suassuna confirmou que a falsificação da sua assinatura havia sido feita por duas funcionárias do seu gabinete. Segundo o parlamentar, que não citou nomes, uma delas teria datilografado o documento e a outra assinado, a pedido de Marcelo Carvalho.

– Elas confessaram a falsificação, mas agiram de boa-fé, porque o Marcelo havia dito que era urgente e que eu sabia – afirmou Suassuna, que, em seguida, passou às mãos do relator do seu processo disciplinar, senador Jefferson Péres, um laudo grafotécnico que, segundo o parlamentar, comprovaria que a assinatura no ofício não era dele.

Jefferson Péres disse estranhar o fato de o senador paraibano

não ter exigido uma investigação mais profunda sobre a falsificação de sua assinatura assim que foi informado por uma assessora do Ministério da Saúde de que havia um ofício dele solicitando a transferência de recursos de emendas de uma região para outra. Suassuna explicou que, na ocasião, pediu que Marcelo Carvalho tomasse as devidas providências para esclarecer a situação. Mais tarde, porém, seu então assessor havia garantido que tudo não passava de um grande equívoco e que não era, portanto, para o senador se preocupar.

Ney Suassuna informou que conheceu o ex-funcionário do gabinete quando assumiu o Ministério da Integração, no governo Fernando Henrique Cardoso. Marcelo Carvalho era assessor do órgão. Em 2003, já como senador, decidiu contratá-lo.

Suassuna admite processar Biscaia na Câmara

Ney Suassuna disse na terça-feira que poderá fazer uma denúncia no Conselho de Ética da Câmara contra o presidente da CPI dos Sanguessugas, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), por quebra de decoro parlamentar. A sugestão foi dada pelo relator do processo disciplinar aberto contra ele no Conselho de Ética do Senado, Jefferson Péres, depois que Suassuna afirmou que Biscaia havia mentido

a seu respeito.

Biscaia confirmou em depoimento no Conselho de Ética do Senado, há duas semanas, que o senador da Paraíba havia perguntado se ele não sabia que 90% dos parlamentares tiravam uma “beirada” das emendas ao Orçamento que elaboravam para destinar recursos a determinadas áreas. Segundo Suassuna, jamais houve tal comentário e Biscaia

estaria tirando proveito político da CPI.

– Não é possível que a CPI se transforme em plataforma política. Não entendo como alguém possa se colocar na condição de juiz e agir dessa forma – reclamou.

Jefferson Péres descartou uma acareação entre ambos sob o argumento de que seria inútil, uma vez que os dois confirmariam suas versões.

posteriormente por ele são importantes para orientar os relatores na definição da responsabilidade ou não de cada um dos senadores que enfrentam processo disciplinar por quebra de decoro.

– Encaminhei a documentação para que os fatos relativos a cada senador sejam analisados pelos seus relatores.

Para Demostenes, Lino Rossi dificulta a defesa de Malta

Em entrevista na quinta-feira à Rádio Senado, o senador Demostenes Torres (PFL-GO) disse que a recusa do deputado Lino Rossi (PP-MT) em depor perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar levanta suspeitas de que tem algo a esconder quanto ao suposto empréstimo de uma van ao senador Magno Malta. Este está sendo processado porque a van seria na verdade pagamento da empresa Planam em uma negociação para que o senador apresentasse emendas ao Orçamento destinadas à compra de ambulâncias por prefeituras.

– Esse comportamento do Lino Rossi está dificultando a defesa de Malta. Se ele não tivesse nada a esconder, por que estaria correndo? – indagou Demostenes, que é o relator do processo.

O senador acrescentou que, além de não comparecer para explicar as condições em que emprestou a van a Malta, Lino Rossi enviou ao conselho uma carta “cheia de contradições”.

Demostenes afirmou que está aguardando o Banco Central

rastrear o cheque usado pela EPP – empresa “laranja” da Planam – no pagamento do suposto empréstimo e o Detran pesquisar a cadeia de propriedade do veículo. Antes de ouvir o senador, o relator pretende obter informações da empresa que Malta utilizou para devolver o carro ao deputado.

Já o chefe de gabinete de Magno Malta, Hazenclever Lopes Cançado, foi denunciado ao Conselho de Ética por enriquecimento ilícito. O nome do denunciante não foi revelado.



Demostenes Torres afirma que deputado enviou carta “cheia de contradições”

Antero: e-mail de Gabeira representa correção de injustiça

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) entende que e-mail enviado a ele pelo deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) o isenta de envolvimento com a máfia das ambulâncias. Essa, disse, foi a correção de uma injustiça.

Gabeira, um dos sub-relatores da CPI dos Sanguessugas, produz um relatório sobre as acusações do empresário Luiz Antônio Vedoin de que Antero recebera propina para beneficiar o esquema de fraudes.

No e-mail enviado a Antero, Gabeira afirma que as acusações contra o senador são inconsistentes. O deputado diz ainda que, na próxima reunião da comissão de inquérito, não

vai recomendar o encaminhamento do caso ao Conselho de Ética.

Ao **Jornal do Senado**, Gabeira confirmou que as provas de que Antero teria recebido dinheiro do esquema são inconsistentes. Mas não eximiu o senador de “responsabilidade política” por ter autorizado o deputado Lino Rossi de ter negociado as emendas que beneficiaram o esquema em 2001.

Antes de concluir o relatório, Gabeira espera cópia de denúncia do Ministério Público de Mato Grosso, que pediu a impugnação da candidatura do senador. A partir disso, ele ainda pode propor o aprofundamento das investigações.

Vedoin e genro de Serys mantêm suas versões sobre pagamento

A acareação entre Luiz Antônio Trevi- san Vedoin, sócio da empresa Planam, e Paulo Roberto Ribeiro, genro da senadora Serys Slhessarenko, realizada na terça-feira pelo Conselho de Ética do Senado, não alterou as divergências entre os depoimentos que eles prestaram anteriormente. Além deles, participou da acareação Ivo Marcelo Spínola da Rosa, cunhado de Vedoin e funcionário da Planam.

Luiz Vedoin reiterou que havia pago R\$ 35 mil em dinheiro a Paulo Roberto em troca da liberação de emendas, de autoria de Serys, ao Orçamento da União,



Paulo Roberto Ribeiro

as quais permitiriam a prefeituras de Mato Grosso adquirir ambulâncias. Já Paulo Roberto voltou a negar essa acusação, afirmando que manteve apenas relações comerciais com a Planam. O genro de Serys repetiu que recebera um cheque de aproximadamente R\$ 37.200 de Ivo Marcelo, como pagamento pela entrega de equipamentos médicos à empresa. Ivo Marcelo negou que isso tivesse ocorrido.

O senador Paulo Octávio, relator do processo disciplinar contra Serys Slhessarenko, declarou que “há fragilidades em ambas as versões”.

Corregedor encaminha documentos

O corregedor do Senado Federal, Romeu Tuma (PFL-SP), entregou ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, na quarta-feira, toda a documentação referente às apurações realizadas para instruir os processos sobre quebra de decoro parlamentar contra os três senadores citados no relatório da CPI dos Sanguessugas. Esses documentos,

informou Tuma, incluem dados fornecidos pela Justiça Federal de Cuiabá e pelo delegado que presidiu o inquérito, além de alguns depoimentos colhidos pelo próprio corregedor.

Apesar de a maioria desses documentos já estar em poder do Conselho de Ética, como explicou, o parlamentar avalia que os depoimentos colhidos

EXPLORAÇÃO Rede internacional chega a lucrar até US\$ 12 bilhões apenas com a “venda” inicial de pessoas

Tráfico humano é negócio bilionário



O combate ao tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual é uma das prioridades da Polícia Internacional (Interpol) e deverá ser, do ponto de vista brasileiro, um dos mais importantes temas da 75ª Assembleia Geral da entidade, que começa nesta terça-feira, no Rio de Janeiro. Para se ter idéia da urgência de medidas mais fortes contra os aliciadores, duas quadrilhas especializadas no tráfico foram desmontadas somente neste mês, em ações da Polícia Federal em conjunto com autoridades espanholas, resultando na prisão de mais de 30 pessoas nos dois países.

É apenas uma gota d'água no oceano de um negócio multimilionário. Cálculos da própria Interpol dão conta de que cerca de 900 mil pessoas são traficadas pelas fronteiras internacionais a cada ano exclusivamente para fins de exploração sexual. Oitenta e três por cento das vítimas são mulheres e, destas, 48% são crianças. Estima-se que 70 mil brasileiras vivam hoje nessas condições em lugares como Espanha, Portugal e até mesmo no distante Japão. E, ao contrário do que o preconceito leva muita gente a pensar, apenas uma minoria eram prostitutas quando foram levadas de sua terra natal.

Considerado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como um dos mais graves atentados à dignidade das pessoas, traficar

“Feminilização” é tendência entre as vítimas, diz relatório

O relatório *Situação da População Mundial 2006*, divulgado em julho pelo Fundo de População das Nações Unidas, dedica especial atenção à questão do tráfico de mulheres e meninas. A análise dos números revelou uma tendência à “feminilização” da migração mundial. Em 2005, as mulheres superaram o número de homens migrantes em todos os lugares, exceto a África, Ásia e os Estados árabes.

A proporção de emigrantes mulheres varia muito, alcançando de 60% a 80% em alguns países. O mesmo estudo mostra que, entre os migrantes originários das Américas do Sul e Central com destino à Espanha, 70% eram mulheres. Não são todas futuras escravas sexuais, mas é dentro desse enorme fluxo que se esconde a ação dos aliciadores.

A conclusão óbvia em relação às causas para o fenômeno é que os traficantes tiram proveito da desesperança de milhões de mulheres, que não encontram trabalho ou meios de renda dignos em seus próprios países, notadamente os mais pobres ou em desenvolvimento. No Brasil, apontam todas as estatísticas, é a promessa de uma vida melhor o principal argumento usado pelos aliciadores.



Cerca de 83% das vítimas são mulheres e destas 48% são crianças. Brasileiras seriam 70 mil

seres humanos é o terceiro negócio ilícito mais lucrativo do mundo (depois de armas e drogas) e fonte considerável de renda para o crime organizado. Estima-se que o tráfico gere anualmente, apenas em lucros com a “venda” inicial de pessoas, entre US\$ 7 bilhões e US\$ 12 bilhões. Depois, com a exploração das vítimas, os traficantes ainda embolsam US\$ 32 bilhões adicionais ao longo de anos.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que 2,45 milhões de vítimas estão se exaurindo sob a exploração em todo o mundo. Para a OIT e as dezenas de outras organizações empenhadas em combater essa prática, os números demonstram que o

tráfico de seres humanos é uma das mais horrendas distorções da migração internacional e um atentado contra a paz e a estabilidade mundiais.

– O tráfico constitui o lado negro da globalização. A abertura das fronteiras e dos mercados mundiais levou a um aumento do fluxo de capitais, bens e trabalho, mas

também à internacionalização do crime organizado. E a maioria das vítimas é de migrantes em busca de uma vida melhor, iludidos pela falsa promessa de um emprego decente – destaca a diretora do

Fundo de População das Nações Unidas, Thoraya Obaid, ao comentar relatório divulgado pela entidade em 2005.

Estimativa é de 2,4 milhões de pessoas sendo exploradas em todo o mundo

Nesta e nas duas próximas edições, o **Jornal do Senado** apresenta um quadro completo desse tráfico. Mostra onde e como ele ocorre, o trabalho de prevenção e repressão pelas autoridades

policiais dentro e fora do Brasil e os resultados decorrentes das investigações realizadas por uma CPI do Congresso encerrada em 2004 e presidida pela senadora Patrícia Saboya (PSB-CE).

Maioria das deportadas é pobre e vítima de exploração sexual

Uma pesquisa encomendada pela Secretaria Nacional de Justiça e pelo Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime revelou fortes indícios de que parte das brasileiras deportadas ou não admitidas na Europa é vítima de tráfico internacional com fins de exploração sexual. Entrevistas e questionários com 190 mulheres que retornaram ao país pelo Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP) mostraram que 76% delas não chegaram a ser aceitas nos países de destino. Portugal foi o país que mais recusou a entrada das brasileiras, seguido por Itália, França, Espanha e Inglaterra.

A Polícia Federal contabilizou 22,5 mil brasileiros deportados ou não admitidos no exterior

em 2004. O estudo foi realizado entre os meses de abril e maio de 2005 e revelou também que as mulheres são, em sua maioria, de origem humilde e tinham, no Brasil, uma renda inferior a três salários mínimos. A maior parte das entrevistadas se concentra na faixa dos 25 aos 40 anos de idade e são de Goiás, Paraná e Minas Gerais. A pesquisa apontou ainda que a maioria (57,7%) tem ensino médio completo ou incompleto.

– Sabemos que a maioria chega pelo Aeroporto de Guarulhos. Agora conhecemos suas histórias e podemos elaborar estratégias mais eficientes para combater este tipo de crime – avalia a secretária nacional de Justiça, Cláudia Chagas.

Baixa escolaridade influi na decisão

No Brasil, os aliciadores do tráfico internacional de mulheres para exploração sexual são majoritariamente homens entre 31 e 40 anos, com bom grau de instrução e relações estáveis. Levam, portanto, vantagem em termos sociais e econômicos no trabalho de predadores que exercem sobre suas presas em potencial. São mulheres jovens (entre 18 e 21 anos), solteiras (muitas vezes, com filhos desde a adolescência) e com baixo nível de escolaridade, fator que influi pesadamente na decisão das vítimas, pois muitas cedem às falsas promessas em busca de emprego e melhores condições de vida. Apenas uma parte das vítimas se confessou profissional do sexo, meio que usaram para entrar em contato com as redes de tráfico.

O quadro foi traçado em diagnóstico realizado em parceria pelo Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime e o Ministério da Justiça, que se baseou em informações de 22 processos judiciais e 14 inquéritos policiais instaurados entre janeiro de 2000 e dezembro de 2003, nos estados de Goiás, Ceará, Rio de Janeiro e São Paulo. Os dois primeiros foram escolhidos por serem dois dos principais pontos de origem das vítimas. Rio e São Paulo, com os mais movimentados aeroportos internacionais do país, são as principais portas de saída.

De acordo com os processos estudados, os países latinos (Espanha, Itália e Portugal) são os principais destinos das vítimas, que também são enviadas para a Suíça, Israel, França, Japão e Estados Unidos. Grande parte dos aliciadores é composta por pessoas que atuam como empresários de casas de *shows*, agências de encontro, bares, salões de beleza e até agências de turismo, constatou o diagnóstico.

O fato de a maioria dos réus ter bom nível de escolaridade é explicado pela necessidade de estabelecer conexões em diferentes países e transitar fora do Brasil.

Números demonstram internacionalização do crime

Em 2005, cerca de **2,4 milhões** de pessoas no mundo foram traficadas para serem submetidas a trabalhos forçados

43% dessas vítimas são usadas para exploração sexual e 32% para exploração econômica - as restantes 25%, para uma combinação desses fatores

A cada ano, entre **600 mil e 800 mil** pessoas são traficadas para fins sexuais

O negócio criminoso gera de **US\$ 7 bilhões** a US\$ 12 bilhões por ano

Entre **200 mil e 500 mil** mulheres trabalham no comércio ilegal de sexo dentro das fronteiras da União Européia

Mais de **100 mil** pessoas são traficadas anualmente das repúblicas da extinta União Soviética

Para cada ser humano traficado, o lucro das redes criminosas chega a US\$ 30 mil.

Mais de **70 mil** brasileiras, vítimas do tráfico em sua maioria, trabalham em outros países como profissionais do sexo

A Interpol estima que cerca de **35 mil** mulheres sejam traficadas da Colômbia a cada ano

83% dos casos de tráfico de pessoas envolvem mulheres, sendo 48% delas menores de 18 anos

22,5 mil brasileiros foram deportados ou não admitidos no exterior em 2004 (33% de mulheres)

SENADO

Advogado vê excesso em ato de procurador

O advogado-geral do Senado, Alberto Cascais, anunciou na quarta-feira que iria representar ao Conselho Nacional do Ministério Público contra o procurador da República Luciano Rolim, por entender que ele extrapolou, em entrevista concedida à Rede Globo, as competências do cargo. O conselho foi criado na recente reforma do Judiciário (Emenda Constitucional 45) para, entre outras atribuições, coibir ações abusivas dos membros e órgãos do Ministério Público (MP).

Segundo Cascais, o procurador sugeriu, sem provas, ao falar na entrevista sobre a investigação da Polícia Federal (PF) conhecida como Operação Mão-de-Obra, que o diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, teria sido beneficiado por um suposto vazamento de informações pela PF sobre o mandado de busca e apreensão no Senado.

– Não é papel de membro do MP apresentar denúncias contra servidores públicos baseado em suposições – disse, ressaltando que não há nenhum indiciamento contra o diretor-geral do Senado.

O advogado-geral explicou que

o que foi classificado pelo procurador como “um vazamento de informações da Polícia Federal” trata-se de uma praxe dentro de um Estado democrático de direito, em que as instituições da República não devem ser invadidas, como ocorria à época da ditadura militar. O aviso sobre a existência do mandado de busca e apreensão foi feito, de acordo com Cascais, pela Polícia Federal na madrugada do dia 26 de julho ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que solicitou ao diretor-geral que desse acesso aos agentes às dependências da Casa.

Ainda de acordo com o advogado-geral, Agaciel nada sabia sobre o teor do mandado de busca e apreensão. Tomou conhecimento da existência do documento cerca de seis horas antes de seu cumprimento. Era sigilosa, segundo Cascais, a informação de quais gabinetes, entre as centenas de salas que existem no órgão, seriam alvos



Para Alberto Cascais, o procurador extrapolou as competências do cargo

da busca. Acrescentou ainda que o diretor-geral chegou à Casa depois dos policiais, o que também inviabilizaria qualquer mudança nos documentos encontrados e apreendidos pela PF.

Cascais ressaltou que os contratos de licitação que estão sob investigação do MP não são da competência da Diretoria Geral, mas da 1ª Secretaria.

– Foram entregues à Polícia Federal todos os documentos constantes no mandado. Não houve resistência, não houve obstáculos – garantiu o advogado.

GERALDO MAGELA

Tuma diz que é praxe a PF avisar sobre diligências

O Corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), afirmou, na quarta-feira, que é de praxe a Polícia Federal comunicar previamente ao presidente de outro Poder sobre realização de diligências. Na opinião de Tuma, o presidente do Senado, Renan Calheiros, ao informar o diretor-geral da Casa, Agaciel Maia, sobre a vinda da Polícia Federal, para que este providenciasse o acesso dos policiais às dependências da Casa, não agiu com a intenção de ocultar dados durante a operação de busca e apreensão.

– Tenho a certeza de que o presidente não agiu de má-fé,

para ocultar alguma coisa. Essa investigação já era do conhecimento desta Casa. Não foi na diligência que se tomou conhecimento disso – salientou.

O senador informou que o chefe do Poder Legislativo foi avisado de que ocorreria uma busca em alguns setores do Senado, a pedido do Ministério Público e com autorização judicial. E, acrescentou, o delegado que realizou a tarefa, acompanhado por membros da segurança da Casa, fez as apreensões que considerou necessárias.

– Avisar que será feita diligência é uma prática eticamente correta porque diz respeito a outro Poder – observou.

Tuma declarou ainda que a operação é destinada a investigar empresas terceirizadas que atuam no Senado, a fim de verificar uma possível responsabilidade de servidor em eventuais vantagens que essas empresas poderiam estar recebendo. Para evitar que problemas como esse se repitam, o corregedor propõe que o ingresso no serviço público seja feito apenas por concurso público.

– Terceirização tem de acabar: o concurso público é o melhor caminho para exigir responsabilidade do funcionário público.



CÉLIO AZEVEDO

Tuma: concurso público é o melhor caminho para exigir responsabilidade do servidor

COMUNICAÇÃO

Informação com transparência é instrumento de cidadania

Os diretores de Comunicação do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, Armando Rollemberg e William França, defenderam na quarta-feira a comunicação no serviço público brasileiro como instrumento de cidadania. Com a tecnologia digital, a capacidade de interação com a população e o crescimento da informação com transparência só vão crescer, acreditam.

Eles ministraram palestras no 6º Congresso Brasileiro de Comunicação no Serviço Público, que se realizou de terça a quinta-feira no Auditório Nereu Ramos, na Câmara. Armando, em palestra intitulada “Como dar um passo à frente na comunicação do serviço público brasileiro”, ressaltou a importância da TV Brasil Internacional, uma parceria entre Radiobrás (do Poder Executivo), TV Câmara, TV Senado e TV Justiça. Para ele, o canal dissemina a cultura brasileira e as atividades do Estado sem ser jornalismo “chapa-branca”.

Armando registrou o crescimento da TV Senado, que terá sinal aberto até o final do ano em Salvador, Recife e Manaus e, em 2007, em Fortaleza e Rio de Janeiro.

A ampliação dos serviços da Rádio e do Jornal e a criação de uma página multimídia na Agência Senado são os próximos passos para um salto de qualidade na produção da comunicação

da Casa.

Armando destacou a ação da Unilegis (Universidade do Legislativo), que será capaz de transmitir conteúdos de alta qualidade a distância; do DataSenado, para pesquisa e opinião; o processo de digitalização dos conteúdos da Casa; e a perspectiva de um crescimento intenso do que pode se

tornar uma rede legislativa de TV, a partir da tecnologia digital. Para aprofundar o trabalho, já existe um processo de unificação de esforços com a Câmara.

William França afirmou que o objetivo da Comunicação da Casa é mostrar a produção institucional e dos parlamentares de forma transparente e direta.



JOSÉ CRUZ

JOSÉ CRUZ



William França e Armando Rollemberg (D, no alto) em debates; Ivan Godoy (D, abaixo), mostra as instalações da Rádio Senado

MÁRCIA KALUNE

Reportagem sobre autismo dá prêmio à TV Senado

A jornalista Solange Calmon foi uma das ganhadoras do 1º Prêmio Orgulho Autista 2005 na categoria Programa de TV Destaque pela reportagem *Autismo – Uma porta entreaberta para o mundo*. A matéria foi apresentada no *Inclusão*, programa da TV Senado conduzido por Solange, que busca prestar serviço de utilidade pública, abordando as dificuldades de brasileiros que, por razões diversas, encontram-se fora do processo produtivo.

– Fiquei muito honrada e ofereço esse prêmio para todos os autistas do Brasil. Que seja um marco para que as pessoas prestem mais atenção a eles – disse Solange em entrevista à Agência Senado.

O prêmio foi criado pelo Movimento Orgulho Autista Brasil e visa apontar os destaques do ano em diversas áreas e categorias, para pessoas ou

instituições que foram decisivas ao propiciar orgulho para as pessoas ligadas às questões dos autistas. Para Fernando Cotta, presidente da instituição, o prêmio tem um grande significado na luta para que a voz dos indivíduos autistas e de suas famílias não seja esquecida.

Fernando Cotta elogiou a reportagem premiada e destacou a habilidade de Solange em captar “a delicada particularidade de crianças autistas e de suas famílias. Na beleza do sorriso de uma criança feliz, ela mostra a expressão da face autista e evidência, sem nenhum medo, o verdadeiro abandono do qual padecem os autistas brasileiros”.

Um trecho do programa premiado pode ser visto na página da TV Senado na internet. O Prêmio Orgulho Autista será entregue quinta-feira, no auditório da Rádio Nacional de Brasília.

Jornalistas analisam governo e mídia depois da democratização

“Apesar de o direito de acesso à informação ser garantido pela Constituição, o assunto é tratado de forma refratária pelos dirigentes brasileiros.” A opinião foi dada pelo jornalista da *Folha de S. Paulo* Fernando Rodrigues, no 6º Congresso Brasileiro de Comunicação no Serviço Público.

– Os governos, crise após crise,

não aprendem a dar transparência às suas ações.

Já o presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Maurício Azêdo, argumentou que os maiores erros da mídia partem de “visão acrítica”, como a cumplicidade na privatização da Telebrás e na divulgação de dados equivocados sobre a Previdência.

Voz do Leitor

CONTA BANCÁRIA

“Sugiro um projeto de lei que permita ao trabalhador autônomo abrir conta corrente em bancos sem apresentar comprovante de renda.”

Sérgio Augusto Dibner Maravalhas, de Curitiba (PR)

REFORMA ELEITORAL

“Solicito que se faça com urgência a reforma política e eleitoral, a fim de evitar fraudes nas eleições. Sugiro que se adote um sistema em que o voto do eleitor seja identificado por meio da impressão digital ou de documento com foto junto ao título na hora da votação. O título seria retido por até dois dias pela Justiça Eleitoral, para conferência, e depois o eleitor poderia buscá-lo. Isso evitaria problemas como os de cidades pequenas que apresentam número de eleitores desproporcional a sua população”.

Jandes José de Sousa, de Itainópolis (PI)

MÁQUINA ADMINISTRATIVA

“Chega de hipocrisia, até nós, leigos em política, sabemos – graças à informação globalizada e às histórias de outras nações – que o melhor projeto de organização social, inclusão social e segurança pública seria enxugar a máquina administrativa, diminuindo em pelo menos 50% a especulação financeira, os cabides de empregos, os cargos de confiança e a corrupção. Investindo esses recursos na geração de emprego e renda, na educação, na saúde e diminuindo a carga tributária – para os empreendedores continuarem no mercado formal, pagando impostos e gerando emprego formais –, obteremos qualidade de vida.”

Aluizio Ferreira de Araújo, de Campo Grande (RJ)

VOTO CONSCIENTE

“Caros eleitores, está chegando a hora sagrada de escolher os nossos representantes. Nesse momento cabe a cada um de nós e à nossa consciência decidir o futuro do nosso país e do nosso estado. O voto é um direito pessoal de cada cidadão num país democrático. Saber usá-lo com coerência e muita informação é construir um Brasil justo, igualitário e transparente. Não deixe que candidatos sem ética e com promessas milagrosas manipulem o seu poder de decisão.”

Fábio Alves Leão, de Rio Verde (GO)

BRASIL

“Peço aos senadores que ajudem o nosso Brasil e nosso povo a serem mais felizes, pois a realidade brasileira é de chorar. Muita miséria material, espiritual, moral e social, um mundo onde o mal impera e aniquila. Salvem o nosso povo, autoridades do Brasil!!! Gritamos por mais virtudes na vida política e pública desta nação.”

Gabriel Adejalba Pelegrini, de São Gonçalo do Sapucaí (MG)

VOTO OPCIONAL

“Votar no Brasil deveria ser opcional. Há inúmeros candidatos sendo investigados pelos mais diversos crimes. Estou absolutamente desencantado com os políticos brasileiros: todos se apresentam como exemplo de moralidade e competência, mas, como se sabe, quase todos calçam quarenta. Como separar o joio do trigo? Prefiro pagar a multa de R\$ 3,50 e não esquentar a cabeça com o que não vale a pena.”

Paulo Gilberto Morais dos Santos, de Patos (PB)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

BOLSA FAMÍLIA

Murilo Augusto de Medeiros, de Mamanguape (PB)

“Senador Eduardo Suplicy, o Bolsa Família está correspondendo às suas expectativas, ou seja, aumentando os empregos e diminuindo a pobreza? Na minha opinião, ele não é uma porta de saída da miséria, perpetuando a pobreza.”

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) responde:

Prezado Murilo, o Bolsa Família está colaborando, sim, para diminuir os números da pobreza e para erradicar a pobreza absoluta e melhorar a distribuição de renda. São dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE que o demonstram. Todas as famílias com renda *per capita* de até R\$ 120 por mês passam a ter o direito de receber um complemento, que varia de acordo com o número de crianças. Hoje, cerca de 44 milhões de pessoas – ou seja, 11,1 milhões de famílias, um quarto da população – já são beneficiárias desse programa. Os dados demonstram que onde há um número significativo de famílias atendidas pelo Bolsa Família tem havido maior crescimento da economia, mais oportunidade de emprego, maior demanda por serviços de primeira necessidade, com repercussões positivas sobre a economia. E o IBGE demonstra que, de 2003 para 2004, e muito provavelmente até 2006, houve diminuição do número de famílias em condição de pobreza absoluta. É preciso ressaltar que há responsabilidades que devem ser assumidas pelas famílias atendidas, como levar as suas crianças com até seis anos de idade aos postos de saúde para receberem as vacinas necessárias. Além disso, as crianças de sete a 15 anos devem freqüentar a escola – pelo menos 85% das aulas. O que é importante saber, Murilo, é que o Bolsa Família, de acordo com a lei aprovada pelo Congresso em 2003, e sancionada pelo presidente Lula em 8 de janeiro de 2004, pode ser visto como um passo para a renda básica de cidadania. Plenamente instituída, ela vai representar o direito de todo cidadão – não importando origem, sexo, raça, idade e condição socioeconômica – partilhar a riqueza da nação por meio de uma renda que será modesta, mas suficiente para atender às necessidades básicas de cada um. Se quiser saber mais, pode acessar o meu site: eduardo.suplicy@senador.gov.br



SANGUESSUGAS

Dennys e Silva Mayer, de Sumé (PB)

“Senador Sibá Machado, gostaria de saber a sua opinião acerca da conclusão da CPMI dos Sanguessugas?”

O senador Sibá Machado (PT-AC) responde:

A CPI, na primeira fase, já cumpriu sua missão: a partir das denúncias, apresentar os nomes dos parlamentares que ela julgou terem culpabilidade. A segunda fase vai tratar do possível envolvimento de pessoas do Executivo na compra de ambulâncias superfaturadas, e até dezembro apresentará o seu parecer. É importante ressaltar que a CPI não condena ninguém: ela apenas apresenta a denúncia. O papel de condenar ou não cabe ao Judiciário, ou às casas legislativas (Câmara ou Senado).



Frases

“Não há nenhuma hipótese de aprovar o voto aberto para tudo. A chance é zero. Só passa o voto aberto nos processos de cassação de parlamentares”

José Agripino, anunciando limites ao uso do voto aberto.

“As pessoas falam no risco de pressões por parte do Executivo no caso dos vetos, mas quem faz pressão em Casa democrática é a população. Eu voto com a minha consciência, em todos os casos”

Paulo Paim, afirmando ser favorável ao voto aberto em todas as decisões do Legislativo.

“Isso significa a correção de uma injustiça, porque tentar me misturar com essa turma [de criminosos] é o mesmo que tentar absolvê-los. Isso sepulta de uma vez por todas essa história aqui em Mato Grosso”

Antero Paes de Barros, sobre e-mail do sub-relator da CPI dos Sanguessugas, Fernando Gabeira, que o isenta no caso da máfia das ambulâncias.

“Há uma bolha que é preciso estourar, a fim de que cheguemos à verdade”

Demostenes Torres, relator do processo contra Magno Malta, dizendo que há “pontos obscuros” nas investigações do suposto envolvimento do senador.

“Deus me deu posses para eu não estar precisando de migalhas. Eu não sou uma pessoa desonesta”

Ney Suassuna, negando, ao Conselho de Ética, relações com a máfia das ambulâncias.

“Se mais esta irregularidade ficar comprovada, é caso de impeachment”

Tasso Jereissati, após denúncia de que governo produziu cartilhas distribuídas pelo PT.

“É um absurdo. Fico estarecido com a possibilidade de inúmeros parlamentares serem reeleitos nas eleições de outubro, apesar de estarem claramente envolvidos com corrupção e com desvio de dinheiro público”

Jefferson Péres, autor de projeto que impede a candidatura de processados por crime contra a administração pública.

Foto da Semana

O Conselho de Ética do Senado ouviu a defesa do senador Ney Suassuna (de costas), que foi enfático ao negar participação no esquema de compra de ambulâncias superfaturadas com recursos públicos. Durante três horas ele prestou esclarecimentos ao lado dos senadores João Alberto Souza, presidente do conselho, e Jefferson Péres, relator do processo em que Suassuna é acusado de quebra de decoro parlamentar



JOSE CRUZ

Afilhados musicais em alta

O programa *Música do Brasil*, da Rádio Senado, abre espaço nesta semana aos artistas que despontaram no circuito musical brasileiro a partir do apoio de nomes já famosos. São exemplos disso o "padrinho" Luiz Gonzaga e o "afilhado" João Mossoró; Francisco Alves e João Dias; Noel Rosa e Mário Reis; Jackson do Pandeiro e Kojak do Forró; e Orlando Silva e Gilberto Alves.

Integram a seleção musical do programa, apresentado por Arthur da Távola, *Qui nem jiló e Assum preto*, de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, com João Mossoró; *Penerô xerém*, de Luiz Gonzaga e Miguel Lima, com Luiz Gonzaga; *Boa-noite amor*, de José Maria de Abreu e Francisco Mattoso, com Francisco Alves; *Fracasso*, de Mário Lago, com João Dias; *Gago apaixonado*, de Noel Rosa, com ele mes-

mo; *Joujoux e balangandãs*, de Lamartine Babo, com Mário Reis e Maria; *Penerou gavião*, de Jackson do Pandeiro e Odilon Vargas, com Jackson do Pandeiro; *A imagem do rei, Tributo a Jackson do Pandeiro*, com Kojak do Forró; *Perdoa meu amor*, de Capitão Furtado e Luiz Baptista Júnior, com Orlando Silva; *Uma grande dor não se esquece*, de Antenógenes Silva e Ernani Campos, com Gilberto Alves; *Tico-tico no fubá*, de Zequinha Abreu e E. Barreiros, com Ademilde Fonseca; e *Modinha*, de Tom Jobim e Vinícius de Moraes, com Elizeth Cardoso.

O *Música do Brasil* vai ao ar no próximo sábado, às 16h, com reprise no domingo, às 11h, e na quarta-feira, às 23h.

Já o programa *Prosa e Verso*,



DJALMÃO SANTOS/FILICKR

O programa *Música do Brasil* traz interpretações de artistas como Orlando Silva (foto), que foi "padrinho" musical de Gilberto Alves

também veiculado no sábado, às 9h, e reprisado domingo, às 16h, apresenta um panorama da literatura voltada ao combate à homofobia. O poema *Um homem na janela*, que sintetiza

o tema, será um dos destaques dessa edição.

Mais informações podem ser obtidas nos endereços www.senado.gov.br/radio e www.senado.gov.br/tv

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3

- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2

- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

- 6h - Matinas
- 7h55 - Cidadania Dia-a-dia
- 21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

- 7h - Crônicas Musicais
- 7h10 - Música e Informação
- 8h - Senado Notícias
- 8h30 - Plenário em Destaque
- 19h - Voz do Brasil
- 19h30 - Jornal do Senado
- 20h - Música e Informação
- 21h - Crônicas Musicais (reprise)
- 21h10 - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

- 14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

- 9h - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

- 7h - Música e Informação
- 9h30 - Música e Informação
- 21h - 180 Anos do Senado
- 22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

- 9h - Senado Resumo
- 10h - Senado Notícias (reprise)
- 11h - Senado Resumo (reprise)
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Música e Informação
- 18h - Senado Resumo
- 20h - Reportagem Especial
- 23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

- 8h - Encontros com a Música Brasileira
- 9h - Prosa e Verso
- 10h - Especial (reprise)
- 11h - Música Erudita
- 12h - Senado Resumo (reprise)
- 13h40 - Música e Informação
- 15h - Autores e Livros
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 18h - Improviso Jazz
- 19h - Senado Resumo (reprise)
- 20h - Escala Brasileira

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros (reprise)
- 11h - Música do Brasil
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Prosa e Verso
- 17h - Reportagem Especial (reprise)
- 18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
- 20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

RESENHA

História monetária do Brasil até a República

ALEXANDRE GUIMARÃES

Hermann Friederich Julius Meili, numismata reconhecido mundialmente, é o autor de *O meio circulante no Brasil*, texto fundamental sobre os meios de pagamentos do Brasil Colônia ao início da República.

Cônsul honorário da Suíça em Salvador por dez anos no final do século 19, Meili empreendeu uma das mais minuciosas pesquisas no campo do estudo da moeda fiduciária. Enquanto procedia a sua original investigação, conseguiu reunir uma das maiores e mais completas coleções de medalhas, moedas e notas brasileiras.

Editada inicialmente em três volumes, entre 1897 e 1905, a obra teve suas duas primeiras partes escritas em alemão e a terceira, em português.

É essa terceira parte que constitui o volume 60 das Edições do Senado: *O meio circulante no Brasil (Parte III): A moeda fiduciária no Brasil de 1771 a 1900*.

O volume contém relações precisas de todas as emissões legais de notas, assim como de algumas ilegais, feitas por estados e municípios. Um histórico detalhado abarca quase totalmente o tema, incluindo notas em propagandas, vales em forma de notas e

outros materiais da história da economia nacional.

Justificam-se as pequenas tiragens das edições anteriores pela riqueza das mais de 200 páginas com ilustrações, com ampla gama dos meios de circulação no período, abrangendo exemplos raríssimos, inclusive de notas falsificadas.

Essa edição, fruto de co-edição do Conselho Editorial do Senado Federal, Associação de Amigos do Museu de Valores do Banco Central e do próprio Banco Central, é fac-similar e impressa em papel couchê, o que só acrescenta maior valor ao livro de Hermann Julius Meili. Após ler a obra e apreciar suas ilustrações, é imediato o desejo de que, em breve, sejam relançadas as duas primeiras partes.



REPRODUÇÃO

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado. O livro *O meio circulante no Brasil (Parte III)*, de Hermann Friederich Julius Meili, volume 60 das Edições do Senado Federal, pode ser adquirido por R\$ 20. Mais informações pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

Aconteceu no Senado



Posse de Fernando Collor, em 1990: mandato do menos conhecido dos candidatos durou apenas dois anos

SENADO

Concurso público vai preencher 300 vagas

O presidente do Senado, Renan Calheiros, criou uma comissão especial para elaborar em 90 dias o edital de um concurso público para o preenchimento de 300 vagas no quadro de pessoal do Senado, sendo 200 delas destinadas ao cargo de técnico legislativo e 100 para o cargo de analista legislativo.

O concurso faz parte da estratégia do Senado de substituir a mão-de-obra terceirizada por servidores públicos efetivos e já estava previsto nas metas da Casa, com dotação orçamentária para a contratação desses 300 funcionários em 2007. A expectativa é de que as provas ocorram no primeiro semestre do próximo ano.

– O objetivo é reforçar o quadro de pessoal do Senado com servidores públicos efetivos, substituindo os terceirizados. Essa é a vontade do presidente Renan – disse o diretor-geral do



Segundo Agaciel, a substituição de funcionários terceirizados é um dos objetivos do reforço previsto no quadro funcional do Senado

Senado, Agaciel da Silva Maia, a anunciar o processo seletivo.

O salário inicial para os cargos de técnico legislativo – profissionais com ensino médio completo (antigo 2º grau) – será de R\$ 6.115. Já para os cargos de analista legislativo – para profissionais com nível superior –, os salários iniciais serão de R\$ 8.822, e de R\$ 9.854 para advogados e profissionais da área de Comunicação Social.

Projeto do Legislativo da Guiné-Bissau tem apoio do Interlegis

O Interlegis lançou, em parceria com a entidade norte-americana Instituto Democrático Nacional, o projeto-piloto de um portal legislativo para a Assembleia Popular da Guiné-Bissau (equivalente ao Congresso do país).

Em reunião com o 1º secretário do Senado, Efraim Morais (PFL-PB); o ministro-chefe da divisão da África, João Inácio Padilha; o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia; e o presidente do Interlegis,

Márcio Leão, o presidente do Conselho Administrativo da Assembleia da Guiné-Bissau, Manoel Cerifo Nhamanjo, explicou:

– Queremos permitir que todos acompanhem as atividades do Parlamento e dar aos parlamentares elementos para legislar melhor – afirmou.

Segundo Padilha, a Guiné-Bissau foi o país escolhido por ser uma democracia recente, interessada em se modernizar.

Valorização da pessoa com deficiência

Em parceria com entidades como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e a organização não-governamental A Força do Bem, o Senado promove, de 20 a 26 de novembro, a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, para chamar a atenção para ações de acessibilidade e inclusão. O evento terá a instalação, no Salão Negro do Congresso, de um túnel sensorial em que serão projetadas imagens do cotidiano de brasileiros com deficiência em diversas locais, como o Pantanal e a Caatinga. A ideia dos organizadores é que, ao percorrer o túnel e ver as dificuldades enfrentadas, o visitante entenda a necessidade de mudanças legais.

Brasil volta às urnas em 1989 e elege Collor

“Devemos buscar e erigir, a partir da análise de nossa história, um projeto de nação. A crise que vivemos, sabe-se, é uma crise fundamentalmente política, por não possuímos ainda hoje, infelizmente, uma proposta clara, bem definida do que pretendemos, na nossa caminhada em direção ao futuro.” Assim foi encerrado o pronunciamento, quase presságio, do senador Marco Maciel (PFL-PE) nas comemorações do centenário da República.

Naquele ano, 1989, a população brasileira, após 29 anos, elegeu o menos conhecido dos candidatos, o ex-governador

de Alagoas Fernando Collor de Mello. Político que se autodenominou “caçador de marajás” e “defensor dos descamisados”, derrotou importantes nomes da política, como Affonso Camargo (PTB), Leonel Brizola (PDT), Mário Covas (PSDB) e Ulysses Guimarães (PMDB).

Após um governo confuso e desastroso, com denúncias que partiram de seu próprio irmão, Pedro Collor, Fernando Collor foi o primeiro presidente a sofrer *impeachment*. Durante seu julgamento, chegou a afirmar que não confiaria no Senado, ao que se pronunciou o senador Eduardo

Suplicy (PT-SP):

– Não quer ele lembrar que os 81 senadores foram, como ele, eleitos diretamente pelo povo para realizar suas obrigações constitucionais – entre as quais está aquela muito importante e, privativa do Senado Federal, de julgar o presidente da República quando ele comete um crime de responsabilidade? Dessa responsabilidade constitucional, não podemos abrir mão!

Em 29 de dezembro de 1992, o vice-presidente Itamar Franco prestou juramento perante o Congresso, assumindo a Presidência do Brasil.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janáina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Morais e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Pressão alta durante gravidez exige cuidados

A taxa de mortalidade materna no Brasil é uma das mais altas do mundo. Segundo a Organização Mundial de Saúde, no passado 140 mães morriam a cada 100 mil crianças nascidas vivas. Em 1996 essa taxa subiu para 220 mães mortas em 100 mil nascimentos. Para se ter uma idéia, nos países desen-

volvidos essa taxa varia de cinco a dez mães a cada 100 mil bebês nascidos.

A hipertensão é a principal causa de morte materna no Brasil e 75% dessas mortes são causadas pela pré-eclâmpsia e a eclâmpsia, doenças hipertensivas específicas da gravidez. Nos países desenvolvidos é raro ocorrer

uma morte por essa doença.

O diagnóstico da pré-eclâmpsia é feito durante o pré-natal e pode-se evitar a ocorrência da eclâmpsia antecipando-se o parto.

Saiba mais sobre a hipertensão na gravidez e como evitar seus efeitos mais graves nesta edição do *Especial Cidadania*.

Tratamento inclui repouso em casa ou internação

Ao contrário da hipertensão em não gestantes, a pré-eclâmpsia e a eclâmpsia não melhoram com diuréticos. Para controlar a pressão, a grávida deve comer pouco sal, beber mais água e repousar, deitando-se sobre o lado esquerdo, para que não seja pressionada a grande veia do abdome (veia cava inferior), que devolve o sangue ao coração.

Se a pressão mínima for igual ou maior que 11, a grávida precisa ser internada e tomar medicação para baixar a pressão. É preciso então verificar os níveis de proteína na urina e das enzimas do fígado, o tempo de coagulação do sangue, o número de plaquetas, e se há destruição das hemáceas. Se alguma dessas taxas não estiver boa, pode ser necessário interromper a gravidez, já que, enquanto a placenta permanecer no organismo, o estado da mãe deve piorar. Como o risco de morte aumenta bastante se a pré-eclâmpsia evolui para a eclâmpsia, para a mãe sobreviver a única alternativa é interromper a gravidez. Nos casos de fetos de 20 ou 25 semanas, tem-se que escolher entre a mãe e a criança. A máxima da obstetria é que, na dúvida, deve-se optar pela mãe. É uma decisão muito difícil de tomar e os médicos devem manter a família informada e dividir com ela o problema, já que a grávida, em geral, fica inconsciente. Depois do nascimento, controla-se exaustivamente a mulher para prevenir a eclâmpsia, já que cerca de 25% dos casos acontecem nos primeiros quatro dias. A hospitalização pode durar algumas semanas, conforme a gravidade da doença e suas complicações. Mesmo depois da alta, é possível que a mulher precise tomar remédios para reduzir a pressão. Ela deve ainda consultar o médico a cada duas semanas durante os primeiros meses após o parto.



OTAVIO DIAS DE OLIVEIRA/FOLHA IMAGEM

Pré-natal é essencial para diagnosticar a pré-eclâmpsia, que aparece em alguns casos de aumento excessivo de peso e diabetes

Para prevenir, pré-natal bem-feito, descanso e boa alimentação

A hipertensão crônica ocorre principalmente nas mulheres com mais de 35 anos. Por outro lado, mulheres grávidas pela primeira vez e as menores de 18 anos têm mais risco de ter pré-eclâmpsia. As mulheres que engravidam com peso acima do normal e as que ganham muito peso durante a gestação também são pacientes de risco. Casos de pré-eclâmpsia na família aumentam em três vezes a probabilidade de o problema se repetir em parentes até o segundo grau (sobrinhãs, netas), com risco maior para os de primeiro grau (filhas, irmãs).

Fatores como aumento excessivo de peso, pré-natal insatisfatório, falta de estrutura familiar equilibrada e diabetes também aumentam o risco de pré-eclâmpsia. Profissionais que vivem sob grande estresse, como executivas, profissionais liberais e trabalhadoras braçais, e as mulheres solteiras, principalmente adolescentes, também estão mais sujeitas à doença.

Algumas mulheres têm hipertensão na gravidez sem sentir ab-

solutamente nada. Essa ausência de sintomas faz com que elas não voltem ao médico, não façam dieta, não tomem os remédios. Por outro lado, a grande maioria dos casos de pré-eclâmpsia e eclâmpsia ocorre no oitavo ou nono mês, exigindo controle cuidadoso. Por isso, o acompanhamento da gravidez deve ser feito desde o começo e só termina com a alta dada depois do nascimento.

Portanto, a única maneira de prevenir as doenças ligadas à pressão alta na gravidez é fazer um pré-natal completo, seguir rigorosamente as recomendações do médico, controlar o peso e a pressão, buscar repouso e relaxar o máximo possível, além, é claro, de redobrar os cuidados com a alimentação, que deve ser bem equilibrada e evitar o abuso de gorduras e massas.

Se a grávida já teve pré-eclâmpsia, a probabilidade de ter novamente é três vezes maior. Isso significa que precisa ter mais cuidado e acompanhamento com a sua gestação desde o começo.

Falta de tratamento agrava doenças hipertensivas

A pré-eclâmpsia ou doença hipertensiva específica da gravidez (DHEG) é caracterizada pela pressão alta (hipertensão), pela retenção de líquidos (inchaço ou edema) e pela eliminação de proteínas pela urina (proteinúria), que ocorre entre a 20ª semana de gravidez e o final da primeira semana depois do parto.

A pré-eclâmpsia é encontrada em 5% das mulheres grávidas e é mais freqüente nas primeiras gravidezes, nas mulheres que já têm pressão alta ou algum problema nos vasos sanguíneos e nas mulheres com mais de 35 anos. Em geral a grávida ganha peso, suas pernas incham e só depois a pressão sobe.

A pré-eclâmpsia provavelmente ocorre por causa da placenta, que faz a ligação sanguínea entre a mãe e o feto, levando oxigênio e alimento para o bebê. Acredita-se que algumas substâncias produzidas na placenta – por causa de uma deficiência de circulação do sangue na própria placenta – caem na circulação da mãe, lesando os vasos sanguíneos e fazendo surgir a hipertensão.

O risco mais sério da pré-eclâmpsia é o descolamento prematuro da placenta da parede do útero.

Em geral os recém-nascidos de mulheres com pré-eclâmpsia têm quatro a cinco

vezes mais probabilidade de ter problemas pouco depois do parto. Eles em geral são pequenos porque a placenta funciona mal ou porque são prematuros.

A eclâmpsia é uma forma mais grave da pré-eclâmpsia e é caracterizada por convulsões ou coma causados por uma diminuição do fluxo de sangue, que vai para o cérebro em razão de um grande aumento da pressão.

Quando a pré-eclâmpsia está evoluindo para a eclâmpsia, a grávida sente dor de cabeça, tem vista embaçada e dor no estômago. A eclâmpsia surge em uma de cada 200 mulheres que têm pré-eclâmpsia e é mortal, a menos que seja tratada com rapidez.

Outra complicação grave da pré-eclâmpsia ou da eclâmpsia é a síndrome de Hellp, em que há destruição dos glóbulos vermelhos do sangue (hemólise), lesão no fígado (aumento das enzimas hepáticas), e baixa contagem de plaquetas, dificultando a coagulação do sangue, um problema potencialmente grave durante e depois do parto.

A síndrome de Hellp ocorre quando não é feito o tratamento da pré-eclâmpsia e é combatida fazendo-se uma cesariana ou, se o colo do útero estiver dilatado o suficiente, um parto normal.

Como saber se a pressão na gravidez está normal?

1. Qual a pressão ideal para uma mulher grávida?

Durante a gravidez, a pressão arterial cai ligeiramente no primeiro trimestre, aumenta no segundo e volta ao normal no terceiro. É considerada característica da pré-eclâmpsia a pressão superior a 140/90 mmHg (14 por 9) ou um aumento acima de 3cm na pressão máxima (sistólica) e de 1,5 cm na mínima (diastólica), ainda que não sejam alcançados os 14 por 9. Por exemplo, se uma mulher tem uma pressão normal de 10/7, será considerada hiper-

tensa se ela passar a 13/8,5.

2. Quais as formas mais comuns de pressão alta durante a gravidez?

a) hipertensão arterial crônica: a grávida já tinha pressão alta antes de engravidar, continua hipertensa durante a gestação e continuará depois dela; e

b) pré-eclâmpsia: ocorre apenas durante a gravidez. Nesse caso, a pressão da mulher, que era normal, sobe durante a gestação. Terminada a gravidez, o problema desaparece.

Informações e projetos de lei

Projetos de lei

PLS 300/04 - Isenta do Imposto de Renda os portadores de hipertensão grave. Autor: senador Paulo Paim (PT-RS).

PLS 98/03 - Dispõe sobre a assistência farmacêutica aos portadores de hipertensão arterial, no âmbito do SUS. Autor: senador Papaléo Paes (PSDB-AP).

PLS 530/99 - Dispõe sobre a assistência pré-natal às gestantes e a realização obrigatória de exames complementares. Autor: senador Tião Viana (PT-AC).

PLC 54/06 - Dispõe sobre o direito da gestante à vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do SUS.

Informações

Ministério da Saúde
Esplanada dos Ministérios, Bloco G
Brasília (DF) - CEP 70058-900
(61) 3315-2425 - 0800611997
www.saude.gov.br

Associação Médica Brasileira
Rua São Carlos do Pinhal, 324 - Bela Vista - São Paulo (SP)
CEP 01333-903
(11) 3178-6800 - Fax 3178-6830
www.amb.org.br

Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetria
Rua Dr. Diogo de Faria, 1.087 - conj. 1.103/1.105 - Vila Clementino São Paulo (SP) - CEP 04037-003
(11) 5573-4919 - Fax 5082-1473
www.febrasgo.org.br